

Senhor Presidentes

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Vamos a caminho dos 30 anos da instituição da autonomia dos Açores, que se assumiu como a matriz jurídico-política do nosso desenvolvimento.

Estamos na primeira década do século XXI, com as alterações estruturais na cultura, no conhecimento, na economia, enfim, na sociedade mundial que a relativização do tempo e do espaço - a que chamam globalização - transformou o planeta.

Sendo o desenvolvimento a adequação óptima das circunstâncias de tempo, de espaço e humanas que condicionam determinada comunidade, é com esta perspectiva espácio-temporal que se deve orientar a acção das entidades públicas.

O regime democrático de base partidária, utilizando os partidos políticos como meios de acção pública, determina que o Bem Comum que todos procuram seja alcançado por diferentes caminhos, sem que nenhum legitimamente se arrogue de detentor da verdade única e universal.

E, como em qualquer caminho, a viagem faz-se caminhando efectivamente, procurando o fim que está sempre mais à frente e nunca atrás.

É, assim, preparando-nos e buscando o fim do caminho, olhando e perspectivando o Futuro, que estamos aptos a encarar, com sucesso, o Presente.

Surge aqui um dos grandes equívocos do Programa de Governo aqui em debate e da postura manifestada pelo executivo e pela maioria parlamentar.

A forma como é utilizado um documento que deveria ser a chave da acção Futura do Governo, que deveria servir para apresentar o modelo de sociedade que se quer para os Açores dos tempos vindouros, revela que se corre o risco de mais uma vez se perderem oportunidades de crescimento e de afirmação da nossa Região.

Com efeito, quando se constata que o Programa de Governo se esmera na descrição circunstanciada do Passado, ou no ataque serôdio e despropositado aos Governos dos PSD, teme-se que se fique a meio do Caminho a olhar para trás e para os lados, sem uma atitude mobilizadora e pró-activa em busca do Futuro que

virá com tanta certeza quanto será melhor se para ele olharmos com a vontade de o construirmos.

Enfim, um Programa de Governo que concretiza o Passado e generaliza o Futuro, não sabe, ao certo, para onde vai.

Nestas diferentes perspectivas, também se manifesta a diferença entre o projecto do Governo e o projecto que assumimos.

Mas também na diferente cultura política de conhecer e reconhecer a nossa Região, que enquadra o Programa da governação dos próximos quatro anos dos Açores e aquela que defendemos para a nossa terra.

Por um lado, o Programa de Governo começa, logo no seu primeiro parágrafo, por nos caracterizar, como “*região insular de pequena dimensão, dispersa geograficamente, distante dos grandes centros de desenvolvimento, com ecossistemas frágeis e com poucas possibilidades de diversificação na actividade produtiva*”, falando ainda em “*obstáculos*” e “*características naturais que condicionam o nosso desenvolvimento*”.

A esta imagem negativa de Região, respondemos com uma cultura política de excelência e crescimento, manifestada nos princípios do Programa Eleitoral que apresentamos aos açorianos, juntamente com outra força política e com muitos cidadãos independentes que acreditam convictamente num novo projecto de governação, e que, no seu início, referia o *“orgulho da açorianidade, a auto-estima necessária para olhar o futuro das ilhas com confiança e, também, para com entusiasmo reconstruirmos os mecanismos de uma governação que conduza os Açores aos níveis de desenvolvimento da média europeia”*.

Diferente cultura política que se manifesta, ainda, na forma ultrapassada, estanque e sectorializada de apresentação do Programa e na actuação deste Governo Regional dos Açores de continuidade.

Da nossa parte, defendemos, pelo contrário, um projecto de governação integrado, inter-sectorial e envolvente de toda a sociedade em que tudo tem a ver com tudo, em que todos temos a ver com todos.

A Cultura que identifica um Povo tem uma especial dimensão económica, a Saúde devendo estar ligada a todas as políticas sociais não pode dissociar-se da Educação com que se

enforma uma sociedade, o Turismo tem de enquadrar-se com a natural evolução da Agricultura que não é separável nem contraditória com a preservação do Ambiente, que já não colide, sendo antes aliado da produção de energia.

Não pode hoje ponderar-se a governação dos Açores com os mesmos propósitos e pressupostos da fundação da Autonomia, não se pode estar preso aos tempos que já passaram, porque a realidade de amanhã impõe diferentes e adequadas abordagens da vida.

Por isso, entendemos, ao invés do que defende o Governo e a maioria que o suporta, que o desenvolvimento dos Açores deverá assentar em cinco eixos prioritários: a promoção do bem-estar social, a valorização das pessoas, a valorização do património cultural, natural e construído das comunidades açorianas, desenvolvimento da rede de infra-estruturas e desenvolvimento dos sectores produtivos.

Com tais pressupostos, e ao contrário do Programa de Governo em debate, que as reduz a meras áreas acessórias da governação, identificamos a importância da afirmação de um conjunto de áreas que condicionam e, por vezes, determinam o desenvolvimento das sociedades modernas.

A nossa evolução no Tempo sempre esteve determinada pela nossa relação com o Espaço, o que se torna ainda mais determinante nestes dias de globalização.

A nossa localização geográfica não pode, assim, ser entendida como um problema, conforme expressamente entende o Governo, mas como uma condição que deve ser potenciada positivamente a nosso favor, como assumimos.

Os novos tempos exigem uma atitude afirmativa e prospectiva do mar.

Com efeito, quando se constata a evidência de que os Açores são mais mar do que terra e se conhece o enorme potencial económico do mar a nível mundial, designadamente no que respeita aos transportes marítimos, ao sector da Energia e, enfim, a toda a imensidão de recursos únicos e desaproveitados que lhe são próprios, é necessária uma abordagem política que se adequa a tal realidade.

Por outro lado, a nível de política internacional, é importante termos consciência e afirmarmos que os Açores dão um

contributo essencial para a atlantização do país e da Europa, que deriva da sua localização oceânica.

O mundo ocidental contemporâneo tem evoluído assente em dois pilares fundamentais, que de forma sucessiva, conflituante ou complementar, têm marcado este tempo.

Os Estados Unidos da América, sobretudo a partir do pós-guerra, e a Europa, essencialmente com as conquistas da União, têm assinalado o seu espaço no Mundo, influenciando e decidindo os rumos do planeta.

Tal enquadramento geo-político, juntamente com o alargamento da Europa a Leste e com os interesses decorrentes da continentalização da política europeia, evidenciam a especial importância da atlantização das relações internacionais.

Ainda a este nível, deveria assumir outro tratamento o relacionamento com as nossas comunidades de emigrantes que, em contradição aos discursos políticos de solidariedade e saudade, manifestam expressamente a necessidade de novas políticas, como ainda recentemente o Conselho das Comunidades Portuguesas dos Estados Unidos da América e Bermudas, no que concerne aos transportes aéreos.

Por tudo isto, consideramos essencial uma aposta decisiva na nossa relação com o Mundo, ligada à nossa posição geoestratégica, que deveria ocupar um lugar privilegiado da acção governativa.

Porque só conhecendo, reconhecendo, afirmando e assumindo o nosso espaço na relação com outros espaços vamos ganhar os desafios dos novos tempos.

Entendemos, do mesmo modo, como fundamental a aposta na Cultura que acaba por constituir a identidade de um Povo.

E aquilo que nos identifica é o que nos distingue, o que nos valoriza.

No mundo relativizado em que vivemos, é também pela nossa afirmação, pela nossa diferença, que encaramos a realidade e os desafios do Futuro.

Na nossa mencionada perspectiva de desenvolvimento integrado e intersectorial, a Cultura assume-se como o vector de ligação de todas as áreas de intervenção pública, que não se alcança como meras alterações orgânicas, mas com mudanças de



postura que encarem a cultura de forma central e não marginal ou redutora, como um investimento e uma riqueza e não como um custo.

As políticas de Ambiente devem merecer outro protagonismo, no sentido próprio e assumido de que se há realidade que beneficia e responsabiliza indistintamente todos e cada um dos cidadãos é a preservação e potenciação do nosso património específico.

Nas sociedades desenvolvidas, a Energia ocupa papel fundamental nos orçamentos públicos, empresariais e domésticos.

A grande evolução do sector é determinada pela essencial dependência que dele têm as demais áreas de actividade económica, a que acrescem razões ambientais, tendo em conta o esgotamento das energias fósseis em poucas décadas e, sobretudo, o impacte da energia na própria política internacional.

Nos Açores, a excessiva dependência de combustíveis fósseis na produção de energia e a nossa realidade insular têm condicionado a abordagem política ao sector.

Deveria ter chegado o tempo em que, nos Açores, a Energia deixaria de ser encarada como um problema para passar a constituir uma aposta fulcral para o nosso desenvolvimento.

O manancial de recursos naturais adequados à produção de energia através de fontes renováveis – a imensidão do nosso mar, a Geotermia, o vento e a pluviosidade que nos caracterizam – enquadrado pela investigação científica, designadamente ao nível da produção de Hidrogénio, deveria ser potenciado através de políticas estratégicas que nos levassem à auto-suficiência e mesmo à exportação de energia fazendo-nos chegar ao nível dos projectos mais avançados que se desenvolvem a nível mundial.

A abordagem das novas tecnologias, sociedade da informação e investigação deveria ser efectivada de forma convicta e promotora do crescimento em áreas que têm directamente a ver com a evolução da humanidade.

A acção promotora de investimento e crescimento não pode mais ficar-se pela actividade dos Governos. Deve antes ser efectivada por parcerias entre entidades públicas e privadas, envolvendo descomplexadamente as autarquias locais e agentes económicos da sociedade.

Nessa medida, entendemos as sociedades de desenvolvimento como os meios adequados a promover positivamente as capacidades das diferentes parcelas da Região, também aqui nos distinguindo do proposto Fundo de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico que visa apenas diminuir o atraso e as debilidades que confessadamente não foram atenuadas por oito anos de governação dos Açores e que, anormalmente, foi aprovado pelo anterior governo em final de mandato para o voltar a ser por este no seu início.

É, por isso, que vemos os Açores de uma diferente maneira daquela que nos é apresentada pela maioria e pelo Governo.

É, por isso, que apresentamos ideias e propostas diferentes para o futuro da nossa terra.

Com as propostas e acção que marcam este Governo de continuidade, passando-se por cima das ideias, reduz-se a nossa realidade a números estatísticos, que merecem diferentes e sugestionadas leituras consoante o autor do respectivo tratamento e análise.

Números que dizem, designadamente, que temos as mais baixas taxas de actividade do país, as mais baixas taxas de

produtividade, altas e preocupantes taxas de insucesso escolar, e os sucessivos índices negativos dos indicadores da situação económica da Região.

No final do Debate, poderia pensar-se, que tudo estava dito, que tudo estaria esclarecido, com a aprovação de um Programa de Governo que deveria ser coincidente com o Projecto apresentado pelo Partido Socialista ao eleitorado.

Seria normal que se tivessem esclarecido algumas questões que continuam, no entanto, por sê-lo.

Com o debate que agora finda, e apesar das questões colocadas, os pensionistas dos Açores ficaram sem saber os termos e os quantitativos de um eventual aumento do seu complemento de pensão, quando o defendemos e assumimos expressamente de forma prioritária;

Os funcionários das IPSS ficaram sem saber os termos e o tempo que demorará para a sua progressiva convergência salarial com funcionários públicos que exerçam idênticas funções;

Ficou, porém, a saber-se que a revisão da Lei de Finanças Regionais assumida como primeira medida relativa ao financiamento da Região, no próprio Programa de Governo, passou a não ser prioridade do Senhor Presidente do Governo;

Os toxicodependentes ficaram a saber que não se sabe se é benéfica uma comunidade terapêutica na Região;

Os açorianos continuam por saber qual a forma jurídica e de financiamento do Fundo de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico;

Ficou por esclarecer os termos em que se procederá à redução do deficit no financiamento do Serviço Regional de Saúde;

Ficamos, por outro lado, a saber que a Centralidade da Terceira que o PS em campanha eleitoral, prometeu “*acentuar no contexto regional*”, foi esquecida no Programa de Governo, alegadamente por não ter dimensão para tal previsão e por ser um aspecto dito de “*meramente localizado*”;

Ficamos, ainda, a saber que o Governo já não sabe se irá cumprir o compromisso político de construir um novo Hospital na Ilha Terceira, voltando a falar-se em estudos que o PS já referia em 1998 e, novidade, em alternativas que também não se sabe quais são;

Os florentinos e corvinos ficaram a saber que a promessa eleitoral de estabelecer um anel óptico submarino que ligasse as suas ilhas ao anel de fibra óptica deixou de fazer parte das medidas deste Governo;

Ficamos, entre outras novidades, a saber que a Promoção da Saúde em meio escolar prevista no Programa Eleitoral do PS também caiu com as eleições de 17 de Outubro.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Não aprovamos, do mesmo modo, a atitude do Governo e da maioria no permanente ataque à oposição, gastando o tempo da apresentação do seu projecto no comentário, na crítica, enfim, na oposição à oposição, com que se demitem do papel político que a maioria dos açorianos eleitores lhes concedeu.

Mais grave tudo se torna quando o principal e mais desrespeitador ataque tenha partido do membro do Governo com responsabilidades no relacionamento com o Parlamento, afinal, o membro do Governo que tem a atribuição específica de se relacionar institucionalmente com a oposição.

Senhor Secretário Regional da Presidência, qualificar o Partido Social Democrata como um destroço é revelador de uma, esperamos que, impensada e imatura forma de considerar o maior

partido da oposição, que recebeu o apoio de dezenas de milhares de açorianos e que representa a maioria dos autarcas da Região.

O Partido Social Democrata não é o destroço do que quer que seja, nenhum dos seus militantes e apoiantes aceita tal tratamento que repudiamos, na exacta medida em que assumimos, com esperança renovada, o contributo que, em cada dia, poderemos dar para o Futuro dos Açores e para a dignificação e respeitabilidade que cada força política, independentemente da sua representação eleitoral, e cada cidadão dos Açores nos merecem.

De resto, tal postura parte de outro equívoco em que labora o Governo e a maioria.

Os Votos não são dos partidos, são do Povo.

E o Povo não pensa todo da mesma maneira, sendo nesta diversidade que se realiza a democracia representativa dos açorianos de cada uma das nossas nove ilhas e dos diferentes, mas não menos válidos, projectos que cada partido defende.

Pouco mais de metade dos açorianos votaram nas últimas eleições legislativas regionais.

E, em cada 10 daqueles que votaram, 6 sufragaram um projecto e 4 escolheram outro, e é este o resultado da actual configuração parlamentar.

Por isso, não pode confundir-se maioria absoluta com poder absoluto.

Maioria absoluta que não deverá determinar dependências, mas propiciar a emancipação, autonomia e crescimento dos nossos agentes sociais e económicos, desde os empresários, às associações culturais e desportivas, aos órgãos de comunicação social e a todo e qualquer cidadão que se afirmará na força da sua vontade e das suas capacidades e nas condições que os poderes públicos concedam.

De equívoco em equívoco, os bolorentos ataques do PS ao Passado dos Governos do PSD acabam, no fundo e nessa exacta medida, por atacar o Passado da Autonomia a quem hoje todos devemos o que somos e o que queremos ser.

Fazendo o auto-elogio repetitivo, o Governo Regional e o PS primam pelo ataque à República, enquanto nas questões decisivas afirmam que as soluções que os açorianos esperam estão



dependentes da República, com isso também não assumindo as novas prerrogativas legislativas decorrentes da última revisão constitucional, quando, ainda, em contradição, o Governo se assume ilegitimamente como proponente de matérias da reserva exclusiva do parlamento, como são as revisões do Estatuto Político-Administrativo e do sistema eleitoral da Região.

Governo que não se coíbe, porém, de utilizar a acção de outros como se sua fosse, como é caso exemplificativo das referências aos portos de recreio promovidos por autarquias locais sem qualquer contributo do orçamento regional.

Para quem permanentemente se agarra ao passado como modo de sobrevivência discursiva no debate político, para quem permanentemente ataca a oposição, procurando depreciar desrespeitadamente a sua representatividade eleitoral e parlamentar e as suas ideias, faço lembrar que há vinte anos atrás, em 1984, o PS obteve 24% dos votos, bem menos do que os 37% que o projecto liderado pelo PSD obteve nestas eleições. Na altura, o líder do Partido Socialista era Carlos César, e os 10 deputados que compunham o Grupo Parlamentar Socialista, entenderam adequado votar contra o Programa de Governo que lhes era proposto e nem por isso perderam a legitimidade de

apresentar argumentos e discordâncias, nem o respectivo partido perdeu a oportunidade de mais tarde ganhar eleições.

São estas as lições da História e da Democracia.

Lições que nenhum partido tem legitimidade para dar aos outros, ao contrário do que as sucessivas intervenções do Governo e da maioria manifestaram.

Não é este o nosso Programa de Governo que, no nosso entendimento, deveria ser o indicador do caminho, mobilizador da sociedade, que entusiasme os açorianos que rasgue os horizontes deste mar que nunca foi limite

Assim, perante este Programa de Governo, perante o que ficou dito nestes dias, três possibilidades se colocariam ao PSD.

Poderia votar a favor, com isso esquecendo e desistindo irresponsavelmente do seu programa, alienando-se à ilusão do poder, desrespeitando os seus valores e dos mais de 38 mil açorianos que o sufragaram, transformando a pluralidade democrática da representação parlamentar numa qualquer união regional em que aqueles que detinham o poder eliminariam os representantes das outras forças políticas.

Poderia optar pela Abstenção, com isso manifestando-se sem posição, sem ideias, no vazio de um qualquer projecto.

Poderia, finalmente e em consciência, escolher a reafirmação do seu projecto, as suas Propostas, consubstanciadoras de um diferente conceito de Região e de uma distinta cultura política, em respeito por aqueles que nele votaram, por todos os açorianos e pela vontade assumida e convicta de com as nossas ideias podermos contribuir para o crescimento dos Açores.

É esta, legítima e convictamente, a nossa opção.

O Governo, por seu lado, tem o seu programa aprovado, tem maioria, não tem desculpa para não cumprir as promessas que apressadamente exige de outros, no sentido de fazer esquecer aquelas que tem marcado a sua acção.

Termino como se iniciaram a maioria das intervenções nestes dias de Debate, augurando que o papel que cada um desempenhará nestes quatro anos dignifique a Região e respeite as responsabilidades que as esperanças dos açorianos em nós depositaram, com a convicção de que a vida política dos tempos

modernos tem de ter por sinais distintivos, a abertura, o entendimento, a excelência, a força mobilizadora das ideias e o sucesso das concretizações.

Não pode mais pensar-se a política como a mera actividade partidária, que corre o risco de se fechar num círculo de debate em que uns poucos falam para outros tantos ouvirem, acabando, no limite, por serem ouvidos por si próprios.

É este o desafio que temos pela frente, o Governo e a oposição, num espírito de cidadania activa, que quer construir uma sociedade que quer ganhar o amanhã, que quer crescer, que se afirma e não espera acontecer.

Para isso, é também necessário envolver, mobilizar e entusiasmar os açorianos, fazendo-nos acreditar que é sempre possível fazer melhor, que é possível conquistar tempos e horizontes.

A excelência da nossa terra não pode ficar-se pelas dádivas da natureza e pelos feitos da História, há-de impor-se pelos sonhos de hoje e pelas realizações de amanhã.

É esta a nossa esperança, é este o nosso compromisso.



Disse.